



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA PARA GESTÃO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS FINANCEIROS DO RPPS**

**CONTRATO Nº 072/2018**

**"CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE ASSESSORIA PARA GESTÃO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS FINANCEIROS DO RPPS QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS E A EMPRESA GESTOR UM – CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA".**

Pelo presente instrumento particular de contrato de execução de serviço, as partes, de um lado, o MUNICÍPIO DE CANGUÇU, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, CEP: 96600-000, Bairro Centro, Inscrito no CNPJ sob nº 88.861.430/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, doravante denominado de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **GESTOR UM – CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA**, sediada em Porto Alegre, na Av. Protásio Alves, 2854/502, Bairro Rio Branco – Porto Alegre – RS, CEP 90.410-006 inscrita no CNPJ sob o nº. 27.298.119/0001-49, representada por seu sócio Jussié Pierre Trentin, doravante simplesmente denominada de CONTRATADA, tem certo e ajustado as cláusulas e condições a seguir estipuladas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — Do Objeto - O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na execução do objeto contratado, descrito abaixo, de acordo com o permissivo legal constante no artigo 24, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso III, da Lei Federal 8.666/93, conforme **Dispensa de Licitação nº 16/2018**, assim como pelas condições e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos visando a Assessoria para Gestão das Aplicações e Investimentos dos recursos financeiros do RPPS, tendo por base o DAIR – Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos e o DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos, verificação e análise quanto ao enquadramento às resoluções do CMN – Conselho Monetário Nacional, bem como à Política de Investimentos do RPPS, visando acompanhar as condições macro econômicas e acompanhamento dos resultados (rentabilidade) em comparação com a meta atuarial do RPPS.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — Os serviços terão início a contar da entrega da documentação necessária à elaboração dos trabalhos, compreendendo a consulta pública ao DAIR – Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos e o DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos, disponível na página da Previdência Social na Internet e/ou extratos mensais das aplicações financeiras do RPPS.

**CLÁUSULA QUARTA** — Os profissionais que executarão os trabalhos deverão ser detentores de reconhecida e comprovada capacidade técnica e profissional, na área específica compatível com o objeto contratado.

**CLÁUSULA QUINTA** — O prazo para a execução dos trabalhos será contado a partir de 11/07/2018 e cumprimento dos requisitos descritos na Cláusula Terceira, e terá a duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA SEXTA** — O preço para o presente ajuste é de R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais) mensais, totalizando R\$ 5.640,00 (cinco mil, seiscentos e quarenta reais) anuais, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, que serão pagos mediante a apresentação da referida Nota Fiscal por parte da **CONTRATADA**.



**CLÁUSULA SÉTIMA** - Os custos para a realização do contrato, será com Manutenção de Serviços de Consultoria, atividade nº 2158, Elemento da despesa nº 3.3.90.35.01.00.00 – Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica, Ficha 2355.

**PARAGRAFO ÚNICO** — No caso de rescisão antecipada do presente contrato, a parte interessada deverá efetuar comunicação por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, anteriores à rescisão, sem prejuízo do pagamento dos serviços já realizados.

**CLÁUSULA OITAVA** — Constituem direitos de o **MUNICÍPIO** receber o objeto deste contrato nas condições elencadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

**CLÁUSULA NONA** — Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) efetuar o pagamento ajustado; e
- b) dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) prestar os serviços na forma ajustada;
- b) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas entre a **CONTRATADA** e seus empregados;
- c) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da assinatura do presente contrato;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** — A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA** — Este contrato poderá ser rescindido, conforme artigo 79, da Lei Federal nº 8666/93:

- a) por ato unilateral da Administração nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; e
- c) judicialmente, nos termos da legislação Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA** — A **CONTRATADA** se sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b) rescisão unilateral, consensual ou judicial do contrato;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com o Ente, por prazo não superior a 2 anos; ou
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA** — O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula na imprensa oficial.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA** — O servidor Paulo Renato Sanches da Cunha realizará a fiscalização do presente contrato.



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA** — Fica eleito o Foro da comarca de CANGUÇU/RS, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

CANGUÇU/RS, 11 de julho de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO

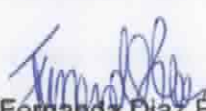
  
\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

  
\_\_\_\_\_  
FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

  
Fernanda Diaz Flores  
OAB/RS 59.374  
Procuradora do Município